

# DO “LUGAR DE NEGRO” AO NÃO-SER: NECROEDUCAÇÃO E A GESTÃO DA MORTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Victor Evangelista Santos

**Introdução:** A educação pública brasileira, historicamente concebida como privilégio de elites e, quando estendida às camadas populares, como instrumento de disciplinarização e controle, sempre operou de forma ambígua em relação à população negra (Santos; Alves, 2025, p. 8). Frantz Fanon (2020, p. 163) já denunciava que, nas colônias, o sistema escolar fazia o jovem negro identificar-se com o colonizador branco, inculcando-lhe uma subjetividade alheia a si mesmo. No Brasil, essa dinâmica foi agravada pelo mito da democracia racial, que ocultou desigualdades profundas. Apesar das conquistas dos movimentos negros ao longo do século XX – como as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e a Lei de Cotas (12.711/12) –, o golpe parlamentar de 2016 e a ascensão do neoliberalismo reconfiguraram o Estado e suas políticas. A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) surge como símbolo desse retrocesso, atacando frontalmente a implementação efetiva da educação étnico-racial (Santos; Alves, 2025, p. 23-24). O objetivo geral deste artigo é analisar como as políticas educacionais pós-2016, com ênfase no Novo Ensino Médio, aprofundam o processo de “necroeducação” (Costa, Martins, Silva, 2020) e reafirmam o “lugar de negro” na periferia do capitalismo global, a partir da articulação entre financeirização, racismo estrutural e epistemicídio.

**Metodologia:** A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental. Foram analisadas: leis e medidas provisórias (notadamente a Lei 13.415/2017); dados oficiais do Censo Escolar (INEP, 2025), do Enem (Ferreira; França; Portela, 2023), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) e da TIC Educação (2025); e produções acadêmicas sobre financeirização da educação (Bastos, 2013; De Conti; Villen, 2023), privatização e plataformização (Adrião et al., 2024; García; Adrião, 2023), e trabalho docente (Venco, 2025). O referencial teórico ancora-se nos conceitos de “lugar de negro” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022), “necroeducação” (Costa; Martins; Silva, 2020), “epistemicídio” (Carneiro, 2023) e “crespogogia” (Santos; Sousa, 2022). O percurso metodológico consistiu em: (1) levantamento das políticas educacionais pós-2016; (2) análise crítica da Reforma do Ensino Médio à luz das relações étnico-raciais; (3) articulação entre exclusão educacional, violência policial e encarceramento; (4) identificação de práticas pedagógicas insurgentes como contraponto à necroeducação.

**Resultados e Discussão:** Os resultados evidenciam que a financeirização da educação – com a transformação de empresas educacionais em sociedades de capital aberto – impõe a lógica do curto prazo (shareholder value), da redução de custos e da padronização, incompatível com uma educação de qualidade (De Conti; Villen, 2023, p. 12). Grupos como Ânima, Bahema e Cruzeiro do Sul promovem oligopolização e lucram com a inadimplência de famílias negras (Quibao Neto; Adrião, 2023, p. 17). A “terceira geração da privatização” (Adrião et al., 2024) e a “plataformização” via Google for Education (García; Adrião, 2023) capturam o bem público, subordinando a gestão escolar a interesses corporativos e controlando digitalmente o trabalho docente.

O Novo Ensino Médio, ao flexibilizar o currículo e esvaziar a formação geral, retira a obrigatoriedade de disciplinas que abrigariam a História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena, configurando um epistemicídio (Carneiro, 2023). As escolas de periferia, que atendem majoritariamente jovens negros, são submetidas a itinerários formativos precarizados de caráter profissionalizante aligeirado, enquanto escolas de elite mantêm formação propedêutica (Cássio; Goulart, 2022, p. 286-289). Essa dualidade institucionaliza um “exército industrial de reserva” (Kuenzer, 2021, p. 45), preparando jovens negros para subempregos e trabalho informal. Dados do Inep (2025) mostram que a evasão escolar entre negros no 3º ano aumentou 12% entre 2022 e 2024, contra 5% entre brancos. Paralelamente, 76,6% das vítimas de intervenção policial são negras (FBSP, 2024), e a população negra encarcerada cresceu 381,3% entre 2005 e 2022. A conexão é estrutural: a escola que expulsa e o sistema penal que aprisiona são faces da mesma necroeducação – “o direito de deixar morrer aquele que se quer extinguir” (Costa; Martins; Silva, 2020, p. 12). Como contraponto, emergem experiências de resistência, como a crespogogia – pedagogia forjada por educadoras negras no CMEI Dr. Djalma Ramos (BA), que toma o corpo negro, o cabelo crespo, a ancestralidade e a felicidade como princípios curriculares (Santos; Sousa, 2022, p. 483). A crespogogia subverte a lógica necropolítica ao promover visibilidade, protagonismo e “afroafeto”, demonstrando que é possível construir uma educação que faça viver, ainda que tais práticas sejam exceções em um sistema crescentemente dominado pelo capital.

**Palavras-chave:** Necroeducação; Financeirização; Novo Ensino Médio; Relações étnico-raciais; Crespogogia.

## Referências

ADRIÃO, T. et al. O filantropacapitalismo e a terceira geração da privatização da educação paulista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e262306, 2024.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

COSTA, A. P.; MARTINS, C. H. S.; SILVA, H. C. Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, e250043, 2020.

DE CONTI, B.; VILLEN, P. Financeirização e educação: lógicas irremediavelmente irreconciliáveis. *Revista Cocar*, Edição Especial n. 20, p. 1-17, 2023.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GARCÍA, T.; ADRIÃO, T. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. *Profesorado*, v. 27, n. 1, p. 81-102, 2023.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SANTOS, V. E.; ALVES, J. B. Flores e dores da batalha: movimentos negros e o novo ensino médio em perspectivas. *TCC – UNILA*, 2025.

**Agradecimentos:** Ao Programa de Bolsa Institucional (PROBIU) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pela bolsa de mestrado.